



Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2020.

Taciana Camila Witcoski Estevam

Código de Manifestação: 203.054.068.701

Prezada Senhora,

Em atenção à manifestação em referência, cadastrada no Sistema Informatizado da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, foi constituído o Documento TCE-RJ nº 022.909-4/20 para atendimento ao seu pedido de acesso à informação, formulado com base na Lei Federal nº 12.527/20011, a seguir resumidamente transcrito:

“Estou realizando uma pesquisa referente à Implantação das Normas Internacionais de Auditoria no Setor Público brasileiro. No país, estas normas são conhecidas como NBASP (Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público), que foram criadas com base nas ISSAIs (International Standards for Supreme Audit Institutions). A pesquisa tem objetivo acadêmico e será utilizada para elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso. Por isso, é de extrema importância que todas as perguntas sejam respondidas, para que a análise dos resultados seja completa.

(...)

O questionário está em anexo.”

Em resposta, o Setor Especializado informou que:

“Preliminarmente, cabe destacar que o aludido questionário foi encaminhado em um documento em **formato pdf não**



editável, o que requer um esforço adicional para respondê-lo, além do próprio trabalho de interpretação e análise de dados previsto no inciso III do art. 11 da Resolução nº 275/2013, que constitui motivo para não atendimento de demandas de Ouvidoria dessa natureza.

Ainda assim, serão respondidas as questões de forma mais ampla, o que permitirá à demandante, realizando as devidas análises, obter as respostas pretendidas.

À pergunta grafada em negrito como **principal**, tem-se a resposta de que a implantação das NBASP se encontra em **andamento** no TCE-RJ.

Essa resposta abre a necessidade de responder às seguintes questões:

1) Qual o principal motivo que levou o órgão a iniciar o processo de implantação das Normas Internacionais de Auditoria do Setor Público?

Resposta: Diversos motivos, de forma concorrente, a alteração do modelo de controle, mais baseado em auditorias atualmente, e o movimento mundial e brasileiro de implantação das referidas normas

2) Quantos profissionais foram alocados para esta implantação?

Resposta: Uma equipe de três técnicos, mas que contou com a colaboração de todos os profissionais que trabalham com auditoria governamental.

3) Como os profissionais alocados foram capacitados para esta implantação?

Resposta: Em um processo de autodesenvolvimento, baseado na leitura dos normativos, inclusive internacionais, discussão em fóruns nacionais, participando dos eventos a respeito, leitura da literatura aplicável, dentre outros.

4) Houve a necessidade da utilização de recursos financeiros para dar início ao processo de implantação? Se sim, qual o valor aproximado dos gastos?

Resposta: Nenhum recurso além da remuneração regular dos profissionais.

5) Há normativo tratando da adesão das NBASP pelo Tribunal? Se sim, qual?

Resposta: Ainda não, uma vez que estamos aguardando a conclusão de todo o processo para tal.

6) Quais as dificuldades encontradas no andamento do processo?

Resposta: Aspectos de ordem cultural, por mudanças nos procedimentos, além dos desafios naturais de capacitação dos profissionais de auditoria.

7) Quanto tempo levou do início até a conclusão do processo de Implantação das Normas?

Resposta: Já estamos no terceiro ano do processo de implantação.

8) Quais os benefícios que já foram observados com a implantação das Normas?

Resposta: Maior qualidade dos trabalhos de auditoria, maior segurança jurídica, maior profissionalismo na atividade de auditoria e fiscalização e aperfeiçoamento do controle externo a cargo do TCE-RJ.

Quanto às tabelas para preenchimento de cada ISSAI implementada, cabe informar, de forma ampla, que não foram implantadas ainda as normas referentes a auditorias financeiras e operacionais.”

Por fim, o Setor Especializado destacou que não serão atendidos pedidos de informação que exijam trabalhos adicionais que não sejam de competência do órgão ou entidade, conforme previsto no inciso III, do artigo 11, da Resolução nº 275 de 25/03/2013, que dispõe sobre o acesso à informação pública no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Resolução nº 275, de 25/03/2013

“Art. 11. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação que:

(...)

III - exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não sejam de competência do órgão ou entidade”.

A Ouvidoria do TCE/RJ agradece seu contato e coloca-se a disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,

ouvidoria@tce.rj.gov.br

